

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.030](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.030)

O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV) E A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

JUAN CARLOS DA SILVA

JANETE MARIA LINS DE AZEVEDO

RESUMO

Este trabalho está relacionado à pesquisa de doutorado em andamento no PPGedu-UFPE. O objetivo é discutir a adoção do programa Educar Pra Valer (EPV) para a formação básica do cidadão, premissa prevista no artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, sobre os objetivos do Ensino Fundamental. O presente trabalho pretende ainda analisar como as professoras polivalentes e as supervisoras pedagógicas percebem o emprego e o conteúdo do material didático de Língua Portuguesa disponibilizado pelo Programa EPV, voltado às turmas de 5º ano, em quatro escolas selecionadas da Rede Municipal de João Pessoa. O recorte para este trabalho se estabelece desde o ano de 2019 – ano de implementação do programa - até o ano de 2023 no município de João Pessoa/PB. Para atingirmos tais objetivos serão utilizados dados levantados pela pesquisa, obtidos em fontes primárias, sites oficiais da Prefeitura de João Pessoa, documentação disponível do programa EPV, literatura sobre a temática, além de entrevistas realizadas com as supervisoras e professoras que utilizam o material em sala de aula. O estudo observa como o emprego do material didático utilizado pelo EPV promove o esvaziamento da finalidade da primeira etapa do Ensino Fundamental prevista na LDB e empobrece a prática educativa, além de seu uso estar reduzindo as perspectivas de uma educação democrática, especialmente, para estudantes de escola pública. O estudo procura perceber se o programa EPV representa avanços no tocante à oferta de melhores condições de aprendizagem por meio de seus materiais didáticos, como elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento da capacidade de aprender a ler e a escrever e, ao mesmo tempo, se alcança os resultados pactuados entre a Nova

Gestão Pública da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a Associação Bem Comum e a Fundação Lemann para o período de 2019 a 2023.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; Programa Educar Pra Valer; Fundação Lemann; Associação Bem Comum; João Pessoa -PB.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, objetiva-se analisar as implicações do programa *Educar Pra Valer* (EPV) para as políticas públicas de alfabetização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, implementado por meio de acordo de cooperação, a partir de maio de 2019, pela Associação Bem Comum (ABC) e a Rede Municipal de João Pessoa.

Para analisar as implicações do programa EPV discorre-se sobre suas diretrizes e sob quais condições a Associação Bem Comum (ABC) o tem implementado como política pública de alfabetização nos Anos Iniciais na Rede Municipal de João Pessoa. Neste artigo objetiva-se ainda analisar as implicações do programa Educar Pra Valer (EPV) para a formação básica do cidadão na rede municipal de João Pessoa, nas escolas de ensino fundamental do 1º ao 5º ano.

A formação básica cidadã encontra-se prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu artigo 32, que afirma que a formação no Ensino Fundamental deve ocorrer por meio do desenvolvimento da capacidade de aprender e do pleno domínio da leitura, do cálculo e da escrita; através da compreensão do ambiente natural e social; por intermédio da compreensão do sistema político, da tecnologia, das artes e dos mais diversos valores sociais. Ainda segundo a LDB de 1996, no artigo 32, atribui-se a escola pública o papel de formar cidadãos no Ensino Fundamental de nove anos promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares; estimulando os laços humanitários e a solidariedade social.

Para além da formação básica cidadã, recorre-se a uma análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no período de 2005 a 2021, totalizando nove edições do SAEB/IDEB, para a Rede Municipal de João Pessoa, de quatro escolas selecionadas, que participaram de todas as edições do IDEB. Escolhe-se duas escolas que obtiveram IDEBs mais altos e duas escolas que atingiram IDEBs mais baixos.

A partir do levantamento dos indicadores do IDEB, disponibilizados pela plataforma QEdú, analisa-se se é possível atribuir que a “melhora no rendimento e no desempenho do aluno” no indicador apresenta uma relação direta ou não com a implementação do EPV. É importante ressaltar que a partir da perspectiva teórica na qual esse trabalho se apoia, a lógica de “melhorar o rendimento e o desempenho do aluno” no SAEB/IDEB está atrelada a uma das características da Nova Gestão Pública e da administração empresarial de se atingir metas:

O IDEB é um indicador social composto que atribui notas de 0 a 10 formado pela somatória das notas no SAEB que avaliam os alunos de 2º ano, 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática; e pelas taxas do fluxo escolar que indicam as taxas de aprovação, reprovação e abandono.

Sobre os indicadores sociais compostos, concorda-se com Paulo de Martino Januzzi (2001) que afirma que ao serem construídos a partir de um ou mais indicadores sociais simples, referentes a uma mesma dimensão social, apresentam boa capacidade de síntese e de avaliação das condições gerais de um dado tema (JANUZZI, 2001, p.19).

No entanto, o autor assegura que os indicadores sociais compostos, tais como o IDH, apresentam uma desvantagem que é a perda crescente de proximidade entre o olhar do observador de uma dada realidade social e a medida, isto é, os indicadores sociais compostos tendem a apresentar uma perda crescente de transparência para seus potenciais usuários (JANUZZI, 2001, p. 19).

Sendo assim, todo indicador social tem uma natureza normativa intrínseca que o caracteriza, isto é, representa processos de interpretação da realidade que não tem nada de neutro, que depende do olhar do observador, sendo o observador que diz o que é socialmente bom ou ruim. Numa democracia é salutar que as políticas públicas não estejam sujeitas somente aos olhares de tecnocratas (JANUZZI, 2001, p. 33). Acredita-se que o IDEB faça parte desse rol de indicadores sociais que tentam interpretar uma dada realidade, contudo, sua interpretação não é neutra.

Nesse sentido, as organizações da sociedade civil (OSC's, OSCIPS e OS's), as fundações privadas e o Estado são arenas de disputas de interesses de classe, onde são debatidas teses sobre as finalidades da escola pública, bem como, sobre os rumos das políticas educacionais. A chamada sociedade civil ou organizações do Terceiro Setor que atuam junto a educação pública tentam descolar sua imagem da do Estado, afirmam que suas organizações não mantêm relações e não recebem dinheiro público, não buscam lucro e suas ações são atos de filantropia, independente de governantes, Estados e/ou partidos políticos.

Considerando a reflexão de Florestan Fernandes (2006), ao discorrer sobre a importância da burguesia e do Estado brasileiro numa perspectiva histórica afirma o seguinte:

A democracia não era condição geral da população. Porém, necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental.

O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, susceptíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos “cidadãos prestantes” e da parte socialmente válida dos “cidadãos ativos”. Por essa razão a sociedade civil constituía o ponto de referência do debate político e encarnava, em última instância, o árbitro figurado que iria julgar ou estaria julgando o mérito das decisões. (FERNANDES, 2006, p.63).

Dessa forma, os esforços empreendidos pelo governo municipal de João Pessoa, por meio de acordo de cooperação com a OSCIP Associação Bem Comum (ABC), uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, tem levado a Prefeitura como órgão de Estado, a uma busca de “eficácia” em suas políticas públicas educacionais através da busca de se atingir resultados cada vez mais altos nos indicadores do IDEB.

Com base na problemática exposta acima, busca-se responder a seguinte questão: quais as implicações da atuação das Fundação Lemann e da ABC para a execução e implementação das políticas públicas da educação básica?

1) AS DIRETRIZES DO EDUCAR PRA VALER (EPV) NA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.

A Associação Bem Comum (ABC) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede em Fortaleza, responsável pela elaboração e execução do programa EPV. A maioria dos(as) profissionais da ABC ocupam ou já ocuparam cargos na gestão pública, e uma parte deles colaborou com a reforma educacional na Rede Municipal de Sobral, e com as reformas na Rede Estadual do Ceará, ocorridas há mais de 20 anos.

A ABC atua em duas frentes: a) por meio do programa EPV, presente em um total de 29 municípios, dentre eles, João Pessoa, e em 10 Estados; b) por meio do programa Parceria Pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), que desde 2019, encontra-se em 10 Estados e 1362 municípios. Para implementar seus dois programas a ABC conta com a parceria e apoio financeiro da Fundação Lemann, Instituto Natura, B3 Social e Instituto Cultural Vale.

A ABC foi fundada em 2018, em Fortaleza, no Ceará, e seu foco é ajudar na elaboração e execução de políticas públicas que promovam o “desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação”. A ABC tem como missão “garantir o

direito à educação de qualidade e alfabetização de todas as crianças na idade certa de forma efetiva, equitativa e sustentável durante todo o ciclo educacional”.

A assinatura do acordo de cooperação entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e ABC foi realizada em 28 de maio de 2019. Assinaram o acordo de cooperação o ex-prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo (PT, PSD, PV e atual PT) que atuou por dois mandatos consecutivos, entre 2013 e dezembro de 2020, e Maurício Holanda Maia que à época era diretor presidente da ABC.

O programa EPV teve início na Rede Municipal de João Pessoa em maio de 2019. O EPV foi incorporado ao programa municipal chamado de Geração Alfabetizada, instituído na gestão do ex-prefeito Luciano Cartaxo em 2018. O EPV teve continuidade com a gestão do atual prefeito Cícero Lucena (PMDB, PSDB e atual Progressistas) vencedor das eleições municipais de outubro de 2020 com apoio da coligação “Pra Cuidar de João Pessoa” (PP, PTB, Republicanos, PTC, PMN, Avante, PRTB, Cidadania e PMB). Na gestão de Cícero Lucena (2021-2024) em lugar do programa “Geração Alfabetizada” é adotado um novo programa municipal denominado de “Letrar+JP” em 2021 que tem como “parceiro” o programa EPV (PARAIBA JÁ, 2021).

Maurício Holanda Maia foi ex-secretário de educação da Rede Municipal de Sobral, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004. A partir de 2004 até 2022 atuou como Consultor Legislativo na Câmara Federal na área de Educação. No período 2007 a 2014 foi secretário adjunto da educação do governo do Estado do Ceará. De 2014 a 2016 atuou como secretário de educação da Rede Estadual do Ceará.

No atual Governo Federal, ou denominado “governo Lula”, Maurício Holanda Maia tomou posse em janeiro de 2023, de cargo no Ministério da Educação e Cultura (MEC), nomeado para secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE). Outro nome que compõe a diretoria da ABC é José Clodoveu de Arruda Coelho Neto. José Clodoveu atuou junto ao ex-prefeito de Sobral (1997 a 2004) Cid Ferreira Gomes (PMDB, PSDB, PPS, PROS e atual PDT).

Quem assume a prefeitura de Sobral (2005-2009) logo após Cid Gomes foi seu aliado Leônidas Cristino (PMDB, PSDB, PPS, PSB, PROS e atual PDT). José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (PT) assumiu em seguida a prefeitura de Sobral (2011 a 2016), período no qual a Rede Municipal de Sobral alcançou o 1º lugar no IDEB (edição de 2015) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do país (TAKANASHI, 2015).

Dentre as nove edições ocorridas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), período de 2005 a 2021, as escolas da Rede Municipal de Sobral obtiveram as seguintes notas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 4,0 (2005); 4,9 (2007); 6,6 (2009); 7,3 (2011); 7,8 (2013); 8,8 (2015); 9,1 (2017); 8,4 (2019); 8,0 (2021) (QEdu, 2023). Segundo dados do Censo Escolar MEC/INEP de 2022, Sobral conta com 92 escolas, 29269 alunos matriculados e 1289 professores (QEdu, 2023).

A reforma educacional ocorrida na Rede Municipal de Sobral e na Rede Estadual do Ceará leva muito em conta a “melhora no rendimento e no desempenho” educacional obtida sobretudo por meio do IDEB. O “alto rendimento/desempenho” tem servido de vitrine política para a NGP e reformadores empresariais da educação pública, abrindo caminho para se implementar tais políticas “exitosas” em diversos outros municípios e Estados do Brasil. Ainda hoje, em 2023, é predominante o discurso entre gestores adeptos da NGP que estabelece praticamente uma relação direta entre a implementação destas reformas com a “melhora no rendimento e desempenho” no IDEB. Veja-se a seguir discurso proferido no portal da Prefeitura Municipal de Sobral, que nos parece seguir essa lógica de interpretação direta e simples entre a reforma e a “melhora nos indicadores”.

Sobral conquistou a nota 8,0 na avaliação dos anos iniciais (1º ao 5º ano) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021, entre todos os municípios do Brasil com mais de 50 mil habitantes, ficando em primeiro lugar no ranking. Nos anos finais (6º ao 9º), o município também se destacou. Alcançou a nota 6,6 entre os municípios com mais de 60 mil habitantes, novamente na liderança (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2022, grifos nossos).

Concorda-se com Luiz Carlos de Freitas que diz que a interpretação dos resultados nos indicadores educacionais, tais como o IDEB, não pode ser feita de forma simples e direta. Freitas afirma que a melhora no indicador educacional pode ocorrer devido a múltiplos fatores. É complexo afirmar a qual deles se deve a melhora., porque a melhora no indicador pode refletir ganhos da aprendizagem nos descritores testados; pode refletir maior familiaridade do aluno com as avaliações externas; pode refletir que a escola e as professoras estão dando maior ênfase para a preparação dos alunos para os testes; pode ser que a melhoria nos indicadores sejam resultantes de manipulação durante a aplicação dos testes (FREITAS, 2018, p.89).

Nas escolas da Rede Municipal de João Pessoa o EPV envia duas avaliações diagnósticas a cada ano letivo. Uma avaliação diagnóstica no começo e outra no final do ano letivo, para serem aplicadas nas turmas de 2º, 3º, 4º e 5º anos dos Anos Iniciais. Somente o EPV envia 6 avaliações ao longo do ano a Rede Municipal de João Pessoa. É de responsabilidade da ABC a impressão e o envio das avaliações a Rede Municipal de João Pessoa. Além das avaliações diagnósticas são aplicadas outras quatro avaliações formativas 1, 2, 3 e 4. No geral, essas avaliações do programa EPV contam com respostas de múltipla escola, totalizam 44 questões, sendo 22 questões de LP e 22 de Matemática. Outra avaliação orientada pelo programa EPV é a de fluência leitora.

Na Rede Municipal de João Pessoa retira-se aluno por aluno dos Anos Iniciais da sala e a supervisora pedagógica ou a diretora pedagógica aplica essa avaliação de fluência leitora com base em três dimensões: precisão, velocidade (o tempo de leitura deve ser cronometrado) e prosódia. Essas 6 avaliações do EPV se somam às avaliações externas, tais como, a SAEB do Governo Federal e a avaliação do Estado da Paraíba, denominada de SIAVE, além das avaliações internas realizadas pelas próprias professoras polivalentes. As avaliações externas do EPV na Rede Municipal de João Pessoa, a SIAVE aplicada no Estado da Paraíba e na Rede Municipal de João Pessoa, e a SAEB são todas avaliações externas elaboradas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

As avaliações do EPV seguem a matriz de Referência Formativa pautadas pela BNCC para os Anos Iniciais. Por exemplo, em Língua Portuguesa, para as avaliações das crianças do 2ºano, são ao todo 22 descritores, divididos em 4 blocos avaliativos: a) reconhecimento das convenções do alfabeto; b) apropriação do sistema alfabético; c) leitura; e d) usos sociais da leitura e da escrita.

Segundo a Síntese Geral da Avaliação Diagnóstica de 2023 realizada pelas escolas da Rede Municipal de João Pessoa disponibilizada pelo EPV e SEDEC, os 2º anos obtiveram um total de 5213 alunos avaliados em Fluência de Leitura. Deste total de 5213 alunos, 1857 alunos foram classificados como não leitores – 35,6% do total de alunos avaliados ainda não consegue ler; 816 leitores de sílabas, 692 leitores de palavras, 426 leitores não-fluentes e apenas 150 alunos foram classificados como leitores fluentes – apenas 2,8% do total.

Uma das orientações do EPV para analisar os resultados das crianças nas avaliações diagnósticas é que o conjunto da equipe escolar deixe claro para as

professoras polivalentes quais são os descritores que as crianças menos acertaram, quais são as ações pedagógicas, quais os conteúdos e as competências a serem desenvolvidos que atendam as necessidades das crianças que obtiveram notas baixas. As orientações pedagógicas do EPV voltadas as professoras polivalentes aparecem nos materiais didáticos disponibilizados digitalmente pelo programa no site da Consultoria Educacional Lyceum através do portal Camaleão. De acordo com Norberto (2022), no ano de 2019, a ABC disponibilizou dois materiais didáticos impressos às professoras: “Orientações Gerais” e “Orientações Didáticas”.

A partir de 2020 os materiais didáticos do EPV passam por uma redução em sua quantidade. Inicialmente em 2019 o programa adotava 6 cadernos por ano. A partir de 2020 o EPV elabora 8 cadernos. Em 2022 os cadernos são reunidos em 4 por ano. Tanto os cadernos de estudantes quanto os cadernos de orientações didáticas destinados às professoras polivalentes são elaboradas pela Consultoria Educacional Lyceum e disponibilizadas online.

No acordo de cooperação assinado entre a Prefeitura de João Pessoa e a ABC ficou acertado que a impressão e a entrega dos materiais didáticos do programa EPV ficaria sob a responsabilidade da prefeitura. Sendo assim, temos visto nas escolas da Rede Municipal que são comuns atrasos na entrega dos cadernos impressos aos alunos. De acordo com entrevistas realizadas nas escolas e nosso acompanhamento das formações continuadas dadas pelo pessoal da ABC em João Pessoa vimos gestoras pedagógicas, professoras polivalentes e supervisoras reclamando que ainda no mês de outubro de 2023 somente tinham recebido os cadernos 1 e 2.

Na falta do material impresso do EPV as gestoras, as supervisoras, as professoras polivalentes e as escolas da Rede Municipal de João Pessoa improvisam emprestando materiais do EPV em outras escolas, imprimindo o material por conta própria em casa ou na unidade escolar onde trabalha. De acordo com Norberto o “Caderno de Atividades para os Alunos” do EPV orienta as professoras polivalentes a realizarem três tipos de atividades diárias.

A “rotina de sala de aula” prescrita nos cadernos de orientações didáticas às professoras especifica o tempo a ser dedicado em cada uma das três atividades diárias. Nesse tempo, prescrito pelas orientações didáticas do EPV, não está previsto o tempo para as professoras sanarem as dificuldades das crianças em Língua Portuguesa e Fluência de Leitura. Segundo a orientação do EPV é caso “(...) a professora queira “vencer” a atividade do dia, não tem como abrir espaço/tempo para todas as dúvidas das

crianças, situação que jamais deve acontecer numa aula, como deixar um estudante sem ter sua dúvida acolhida” Norberto (2022, p. 56).

O EPV ainda orienta que para se alcançar a fluência leitora as professoras devem realizar atividades na base do treino e da repetição. Segundo Norberto:

O que podemos perceber é um trabalho baseado na repetição/treino da leitura, seja de palavras, frases ou textos. Os autores deste texto ainda situam o treino como uma atividade que, se for muito praticada, pode gerar a competência. A partir desses direcionamentos, surgem algumas preocupações como: o treino repetitivo de uma mesma leitura pode ser atraente ou motivador para os estudantes? De que maneira a escolha metodológica por esse tipo de intervenção pode colaborar para a fluência e transcendência da leitura proficiente de uma criança? Acreditamos que esses questionamentos precisam ressoar entre as professoras que conduzem as atividades, da equipe técnica pedagógica e Gestores das escolas, Secretaria Municipal de Educação e o próprio EPV, refletindo sobre o tipo de leitor e cidadão se pretende formar com esses procedimentos (NORBERTO, 2022, p. 61).

Em entrevista realizada com a supervisora pedagógica Ana ela nos disse que as avaliações do EPV são muito trabalhosas, desgastantes, no entanto, possibilitam o monitoramento sobre os descritores que as crianças mais erram e assim são importantes para mapear suas principais dificuldades. Em nossa pesquisa de doutorado, que se encontra em estágio inicial, está prevista a realização de entrevistas com as supervisoras pedagógicas, com as professoras polivalentes e gestoras pedagógicas. Na Rede Municipal as diretoras escolares foram reduzidas a apenas duas pessoas: uma diretora/gestora pedagógica e a outra se dedica a direção/gestão administrativa. Ambas, ocupam esses cargos por meio de indicação política. Desde 2015 não há mais eleições para as ocupantes do cargo de direção escolar na Rede Municipal de João Pessoa. As entrevistas foram iniciadas em agosto de 2023 e ainda se encontram em andamento.

Em relação a tabulação dos resultados das avaliações diagnósticas, somativas e formativas, as orientações do programa EPV às professoras polivalentes é que elas produzam um plano de intervenção o mais detalhado possível “atacando” principalmente os descritores que as crianças obtiveram baixo desempenho. As formações continuadas do EPV dadas às professoras, às supervisoras pedagógicas e às gestoras pedagógicas são realizadas pelo pessoal da ABC e pelo pessoal da SEDEC. Como já dissemos anteriormente, na Rede Municipal de João Pessoa

instituiu-se o programa municipal Letrar+JP em 2021 alinhado ao programa Educar Pra Valer da ABC.

2) UMA ANÁLISE DO IDEB NO PERÍODO 2005 A 2021 EM QUATRO ESCOLAS DA RMEJP.

Fez-se todo esse preâmbulo sobre o IDEB da Rede Municipal de Sobral, sobre as pessoas que ocupam ou ocuparam cargos na gestão pública do Ceará e na ABC pois, a justificativa dada à época pelo ex-prefeito Luciano Cartaxo para assinar o acordo de cooperação entre a SEDEC e a ABC para aderir ao programa EPV se assenta justamente na lógica de “melhorar a qualidade da educação” municipal. Essa busca pelo “sucesso” por meio do IDEB fica evidente em notícia veiculada à época (maio de 2019) pela Assessoria de Comunicação, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que afirma o seguinte:

O objetivo é a realização de uma parceria pedagógica para **ampliar os resultados** do programa **Geração Alfabetizada**, realizado pela Secretaria de Educação e Cultura (Sedec), da Capital. **O programa visa melhorar os índices da educação** na Capital a partir da alfabetização das crianças na idade certa (grifos nossos) (SECOM-JP, 2019)

No período de 2005 a 2021, fizemos um levantamento de um total de 93 escolas da Rede Municipal que se dedicam ao segmento dos Anos Iniciais, de 1º a 5º ano, e que já participaram em alguma edição do SAEB e receberam notas no IDEB. Entretanto, deste total de 93 escolas, somente 17 escolas participaram de todas as nove edições. Como Rede Municipal João Pessoa obteve as seguintes notas no IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 2,9 (2005); 3,5 (2007); 4,0 (2009); 4,6 (2011); 4,5 (2013); 4,6 (2015); 4,9 (2017); 5,4 (2019) e 5,0 (2021) (QEDU, 2023). Segundo dados do Censo Escolar MEC/INEP de 2022, a Rede Municipal de João Pessoa conta com um total de 186 escolas, 2139 professoras e 70289 matrículas (QEDU, 2023). Portanto, em termos quantitativos a Rede Municipal de João Pessoa tem o dobro de escolas, quase três vezes mais matrículas e o dobro de professoras quando comparada a Rede Municipal de Sobral.

Como garantia para execução das suas ações o EPV necessita que as Prefeituras promulguem leis municipais que deem incentivos financeiros às escolas, as professoras e as gestoras. Indo ao encontro dos anseios da ABC pela

promulgação de leis municipais de políticas de boificação por mérito, a prefeitura de João Pessoa estipulou uma política de bônus, na busca para “melhorar a qualidade da educação”, atingindo “os mais altos índices de qualidade”. Durante o período 2005 a 2010, gestão do prefeito Ricardo Coutinho (PT, PSB e atual PT) foi publicado o Decreto Municipal nº 6.492/2009 estipulando o “Prêmio Escola Nota Dez” visando regulamentar as premiações das escolas, registrar os processos de avaliação e bonificação e quantificar indicadores de qualidade das escolas da Rede Municipal.

Conforme analisa Gomes (2011), o Prêmio Escola Nota Dez, veio imprimir uma profusão de avaliações externas e internas presentes no cotidiano das escolas da Rede Municipal. Tal decreto vai ao encontro do programa EPV implementado pela ABC no sentido de premiar escolas que “melhorem seus indicadores” de qualidade. Em nossas recentes entrevistas as professoras consideram injusto o “Prêmio Escola Nota Dez” na Rede Municipal.

Nesse sentido, a SEDEC desde 2009 avalia escolas que “melhoram sua qualidade” em quatro aspectos: a) gestão escolar, b) avaliação das atividades interdisciplinares, c) avaliação da frequência nas formações continuadas e d) avaliação da aprendizagem dos alunos. Dessa forma, Gomes (2011, p. 100) levanta a seguinte questão: “Não é exatamente submeter os estudantes e professores à pressão que permeia os processos avaliativos que iremos alcançar a qualidade educacional tão buscada. Qual o sentido que essas avaliações têm para a comunidade educativa?” (GOMES, 2011, p. 100).

Dentre as quatro escolas da rede selecionadas por nós para analisar os IDEBs no período de 2005 a 2021, destaca-se a primeira escola com IDEBs mais altos da Rede Municipal chamada por nós de Escola Pardal. A Escola Pardal obteve notas 4,7 (2005); 5,9 (2007); 6,0 (2009); 6,2 (2011); 6,3 (2013); 7,3 (2015); 7,4 (2017); 7,7 (2019); 6,8 (2021). Segundo Censo Escolar MEC/INEP de 2022, a escola tinha 277 matriculados e 12 professores (QEDU, 2023). De acordo com a classificação do MEC/INEP essa unidade escolar está classificada com o Nível Socioeconômico (NSE) 5 ou médio-alto.

Nesse caso, o NSE 5 considera que a maioria de estudantes têm mães/responsáveis que possuem ensino médio completo ou ensino superior completo; e pais/responsáveis que têm do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. Possuem uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar, freezer. Alguns alunos deste nível passam a ter dois banheiros (QEDU, 2023).

A segunda escola selecionada por nós com IDEBs mais altos é a Escola Arara. A escola obteve notas 3,5 (2005); 4,0 (2007); 4,1 (2009); 4,7 (2011); 5,1 (2013); 5,3 (2015); 6,1 (2017); 5,7 (2019); 5,9 (2021) (QEDU, 2023). Segundo dados do Censo Escolar 2022 a escola tinha 282 matrículas e 16 professoras (QEDU, 2023). De acordo com o MEC/INEP essa comunidade escolar obteve NSE 5 médio-alto.

Dentre as duas escolas com IDEBs mais baixos, a primeira escola é a Escola Bem Te Vi. A Escola Bem Te Vi obteve notas 3,5 (2005); 4,0 (2007); 4,1 (2009); 4,7 (2011); 5,1 (2013); 5,3 (2015); 6,1 (2017); 5,7 (2019); 5,9 (2021) (QEDU, 2023). Segundo dados do Censo Escolar MEC/INEP de 2022 a escola possuía 518 matrículas e 37 professoras (QEDU, 2023). De acordo com dados do MEC/INEP essa comunidade escolar é classificada com NSE 4 médio-baixo.

Nesse caso, o NSE 4 considera que a maioria de estudantes têm mães/responsáveis ou pais/responsáveis que possuem ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. Possuem uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar, freezer. Alguns(as) estudantes deste nível passam a ter um carro, mesa de estudos, um computador, garagem, um micro-ondas e uma ou duas televisões.

A segunda escola selecionada por nós com IDEBs mais baixos é a Escola Gavião. Essa escola obteve notas 3,4 (2005); 3,5 (2007); 3,6 (2009); 4,8 (2011); 4,6 (2013); 4,4 (2015); 4,8 (2017); 5,0 (2019); 4,7 (2021) (QEDU, 2023). Segundo dados do Censo Escolar MEC/INEP 2022 a Escola Gavião possuía 814 matrículas e um total de 35 professores (QEDU, 2023). De acordo com dados do MEC/INEP, essa comunidade escolar obteve NSE 4 médio-baixo (QEDU, 2023).

Como se pôde verificar nas estatísticas oficiais acima, há uma quantidade importante de indicadores disponíveis sobre as escolas da Rede Municipal que nos ajudam a elaborar uma primeira aproximação da realidade de cada uma delas. No entanto, essa abundância de indicadores na educação pública pode ser problemática, porque há uma tendência que absorve acriticamente indicadores quando produzidos por métodos estatístico.

Tal situação é apontada em reflexão de John Ewing, presidente da Associação América Para a Matemática, que a denominou de "intimidação matemática" (EWING, 2011) No mesmo artigo, o matemático John Ewing afirma que o uso dos indicadores construídos a partir das avaliações externas realizadas pelos alunos das escolas públicas estadunidenses deveriam ser utilizados com cautela, pois aqueles que trabalham com modelos estatísticos não conhecem a matemática a fundo e os

indicadores podem induzir os usuários a um entendimento equivocado da realidade (EWING, 2011, p.668).

Daniel Koretz em *Measuring Up: What Educational Testing Really Tell Us* escreveu este livro com o intuito de ajudar aos seus leitores a compreenderem um pouco mais sobre a complexidade das avaliações externas de larga escala nos EUA, alertando-os sobre os erros mais comuns que ocorrem nessas modelagens matemáticas, para que sejam capazes de interpretar as pontuações de forma razoável e produtiva (KORETZ, 2008, p. 1).

Freitas (2014) no *post* "Diálogos a propósito da Lemann – II" em 9 de outubro de 2014, afirma que a produção indiscriminada de indicadores sobre a educação pública torna as temáticas embaralhadas, pouco úteis em termos de definição de políticas públicas, ficando as mesmas cada vez mais sujeitas à advocacia de ideias das Fundações privadas e das organizações da sociedade civil.

Na mesma publicação Freitas (2014) aponta que no campo da medição, apesar da emergência da Teoria da Resposta ao Item (TRI), sobretudo, as TRI de segunda geração, tem-se mais precisão e controle aos testes, e apesar de permitirem "calibração" científica dos itens, "equalização" entre diferentes testes, aplicados em distintos momentos, garantem maior comparabilidade dos resultados entre as aplicações. Tais métodos estatísticos de análise surgem dos estudos multiníveis ou *Hierarchical Linear Models (HLM)*. Contudo, Freitas faz uma ressalva quanto aos estudos multiníveis porque eles tornaram-se "obrigatórios" para analisar a "eficácia escolar" relacionados a outras variáveis de desempenho e a fatores associados. Tais métodos se consolidam a partir da publicação do Relatório Coleman que sugere que o nível socioeconômico (NSE) supera os esforços das escolas, neutralizando-as.

Os especialistas que dominam os métodos de análises estatísticas, oriundos da econometria, passam a trabalhar de forma isolada, ou no melhor dos contextos, são "juntados" artificialmente em projetos específicos, mas sem a característica de interdisciplinaridade, vale dizer, cada um faz a sua parte. O autor acredita que é fundamental que haja cada vez mais transparência nesses processos de modelos estatísticos, que o uso dessas novas ferramentas deva ser ampliado e o seu domínio deve ser cada vez mais extenso, havendo maior transparência nas decisões que antecedem o processo de medição; uma maior consistência e um maior cuidado nos processos de análise que se seguem.

Desse modo, concluir que escolas que atingem índices mais altos na Rede Municipal de João Pessoa representa "melhoria na qualidade da educação"

simplifica a questão, que é mais complexa que as “evidências estatísticas”. Cada uma das quatro escolas da Rede Municipal selecionadas por nós tem um número de professoras distintos, cada uma das quatro escolas tem uma quantidade de matriculados diferentes. Cada uma das quatro escolas possui professoras com vínculos empregatícios distintos. Em cada dessas escolas as professoras trabalham há quanto tempo? Trabalham em mais de uma escola ou rede? Seus vínculos trabalhistas são como concursadas ou são prestadoras de serviço? São muitas as situações que se pretende investigar mais a fundo com a realização das entrevistas e a coleta de dados.

O nível socioeconômico (NSE) medido pelo MEC/INEP é outro tema importante e debatido nos meios acadêmicos. Os defensores das reformas educacionais ocorridas na Rede Municipal de Sobral e na Rede Estadual do Ceará, sobretudo, aqueles que integram os quadros das Fundações privadas e das Organizações Sociais Civis se baseiam no NSE para dizer que a infraestrutura escolar não importa, que a quantidade de alunos por sala não importa. Os reformadores empresariais das escolas públicas integrantes das OSCs se baseiam em rankings, em indicadores de qualidade, em políticas de *accountability* ou responsabilização, em políticas de pagamento de bônus por mérito e defendem ainda que a escola pública deva ofertar educação de forma “equitativa” e “melhorar a qualidade”.

Coloca-se “melhorar a qualidade da educação” entre aspas, pois trata-se de um tema complexo, muito debatido nos meios acadêmicos e disputado por vários setores da sociedade.

Para além das notas altas nas edições do SAEB/IDEB, estamos de acordo com o que diz a Carta de Natal, redigida em julho de 2022, logo após a Etapa Nacional da Conferência Nacional Popular da Educação (CONAPE), por meio do Fórum Nacional da Educação Popular (FNPE) e pelas entidades em educação que a compõem. Na Carta de Natal defende-se que a escola pública tenha qualidade social, isto é, seja uma escola de gestão pública, popular e democrática, gratuita, laica e inclusiva, com acompanhamento da destinação de verbas por um Conselho de Controle Social e Popular. Nesse sentido, concordamos com o que qualidade social da educação significa:

Garantia da qualidade social da educação, por meio da construção de padrões de qualidade, processos regulatórios e de avaliação emancipatórios e inclusivos na educação básica e superior,, contrapondo-se a atual centralidade conferida a avaliação como medida de resultado

e instrumento de controle, ranqueamento, concorrência no campo educacional e institucional, assegurando, inclusive que quaisquer regulamentações da distribuição de recursos públicos por critérios educacionais considerem com prevalência, critérios de atendimento, inclusão e formação (FÓRUM NACIONAL POPULAR DA EDUCAÇÃO, 2022).

Entende-se que a noção de educação pública de qualidade não deva se restringir as escolas ensinarem os conteúdos elencados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a prepararem estudantes para uma profusão de avaliações externas de larga escala para atingirem altas notas. Sobre a implementação e possíveis repercussões das políticas públicas concordamos com Gabriela Lotta que afirma:

O primeiro é a ideia de que formulação e implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes atores no que podemos chamar de cadeia decisória. As políticas públicas são constituídas por diversas camadas decisórias – às vezes hierárquicas, às vezes paralelas. Essas camadas são compostas por atores responsáveis por decidirem temas ou questões distintas ao longo das políticas públicas (HILL; HUPE, 2003). Assim, a separação real não é entre quem formula (e decide) e quem implementa (e executa), mas sim sobre quem decide com quem sobre o quê. E quais decisões são passíveis de serem questionadas, alteradas e “redecididas” (LOTTA, 2019, p. 18).

As decisões sobre a elaboração e implementação das políticas públicas na Rede Municipal de João Pessoa não devem ficar restritas a um único segmento da sociedade. Das cadeias de decisões sobre quais políticas públicas se deveriam implementar em educação se faz necessário a participação efetiva das professoras polivalentes, das gestoras pedagógicas, das supervisoras pedagógicas, das alunas e de seus responsáveis, seria necessária a ampla participação das pesquisadoras dos Centros de Educação, das professoras dos cursos de Pedagogia das Universidades Federais e Estaduais públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na inserção nada “desinteressada” da Fundação Lemann e da Associação Bem Comum na elaboração e execução da política pública em alfabetização em João Pessoa entende-se o Estado como um ente atrelado à burguesia,

ainda que os gestores do Estado não sejam propriamente burgueses, sua estrutura atende aos interesses da classe dominante e aos grandes representantes do capital.

As implicações da atuação das Fundações e das Organizações da Sociedade Civil na execução e implementação das políticas públicas da educação básica junto à gestão pública das redes municipais tem promovido maior sobrecarga de trabalho às professoras, às supervisoras pedagógicas e às diretoras escolares. O programa EPV tem promovido uma formação continuada das professoras polivalentes dos Anos Iniciais, introduzindo materiais didáticos nas disciplinas de Língua Portuguesa, de fluência leitora e de Matemática. O programa visa uma pedagogia que prepara/treina as crianças para a realização de uma grande quantidade de avaliações externas de larga escala – a do próprio programa EPV, SIAVE e SAEB. Todas são de múltipla escolha que adotam as TRI de segunda geração o que permite uma maior “calibração” dos resultados, segundo os estatísticos. No entanto, os indicadores sociais quanto mais compostos mais nos distanciamos da realidade.

Assim sendo, as políticas públicas educacionais ganham tons neoliberais e têm se tornado centrais nas agendas das reformas, sejam aquela pensadas pelas empresas, sejam aquela colocadas em prática pelos gestores aderentes a NGP. As ações educacionais da ABC com o apoio financeiro da Fundação Lemann e Instituto Natura, através do programa EPV têm reduzido à condição de “objetos passivos” as crianças dos Anos Iniciais de João Pessoa, que são diariamente estimuladas a se acomodarem a um processo de ensino-aprendizagem padronizado. Tais ações podem deixar marcas profundas em sua constituição básica como cidadãos, na elaboração de suas subjetividades e de suas identidades.

Assim, os esforços empreendidos pelo governo municipal, por meio de acordo de cooperação com a ABC, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, tem levado a prefeitura como órgão de Estado, a uma busca de “eficácia” nas suas políticas públicas educacionais através do alcance do IDEB cada vez mais alto.

As ações previstas pelo programa EPV reverberam no processo de ensino-aprendizagem, de modo que as escolas da Rede Municipal de João `Pessoa durante todo o ano letivo tem empreendido enormes esforços para treinar as crianças a alcançarem a “excelência”. Na linguagem da NGP e dos reformadores empresariais da educação pública, estudantes “excelentes” são chamados de “estudantes padrão”. Questiona-se como se desenvolve no interior das escolas públicas a convivência entre estudantes “padrão” e crianças que não alcançam a tal “excelência”?

Também nos questionamos como ficam as escolas da Rede Municipal que não atingem as metas preestabelecidas para o IDEB?

Assim, a ABC por meio do EPV tem imprimido às escolas da Rede Municipal de João Pessoa uma cultura de metas, uma cultura produtivista, de reconhecimento pelo mérito entre as professoras, as supervisoras pedagógicas, as gestoras escolares, as crianças e seus responsáveis, legitimando princípios de uma burguesia nacional neoliberal e privatista no seio da escola pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. Disponível em: <<https://abemcomum.org/>>. Acesso em: 06 nov. 2023

COUTINHO, Ângela Scalabrin. Consentimento e assentimento. p. 62-66. IN: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf> Acesso em 4 de jul. de 2023.

EWING, John. Mathematical Intimidation: Driven by the Data. IN: American Mathematics Society. Rhode Island: 2011, p.667-673. Disponível: <<https://www.ams.org/notices/201105/rtx110500667p.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Diálogos a propósito da Lemann – II**. Avaliação Educacional-Blog do Freitas, Campinas, 09 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2014/09/20/dialogos-a-proposito-da-lemann-ii/>> Acesso em: 12 jul. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Diálogos a propósito da Lemann – III**. Avaliação Educacional-Blog do Freitas, Campinas, 23 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2014/09/23/dialogos-a-proposito-da-lemann-iii/>> Acesso em: 12 jul. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Fundação Lemann registra R\$ 300 milhões de investimento em ações de educação no ano. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 jan. 2022. Paineis S.A. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/01/fundacao-lemann-registra-r-300-milhoes-de-investimento-em-acoes-de-educacao-no-ano.shtml>>. Acesso em 06 nov. 2023.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DA EDUCAÇÃO. **Carta de Natal**. Natal, 2022. Disponível em: <<https://fnpe.com.br/carta-de-natal-conape-da-esperanca/>> Acesso em: 4 de jul. de 2023.

GOMES, Izandra Falcão. **Avaliação e qualidade de ensino: uma análise sobre o Prêmio Escola Nota Dez**. Dissertação (Mestrado em Educação) 171 p. João Pessoa: UFPB - CE, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Mapas das OSCs. Perguntas frequentes: O que é uma Organização da Sociedade Civil?** Brasília, 2023. Disponível em: <<https://mapaosci.ipea.gov.br/>> Acesso em: 12 de jul. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil#:~:text=O%20ensino%20b%C3%AAsico%20brasileiro%2C%20em,79%2C2%25\)%20s%C3%A3o%20professoras](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil#:~:text=O%20ensino%20b%C3%AAsico%20brasileiro%2C%20em,79%2C2%25)%20s%C3%A3o%20professoras)> . Acesso em 06 de nov. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações**. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004.

KORETZ, Daniel. **Measuring Up: What Educational Testing Really Tell Us**. Cambridge, 2008.

LYCEUM CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA. **Cadernos 2º ano 2023**. Disponível em: <<https://consultorialyceum.com.br/>> Acesso em: 4 de jul. de 2023.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.

NORBERTO, Sioneide da Paixão. **Um olhar sobre o Programa Educar pra Valer sob a perspectiva de professoras alfabetizadoras**. Dissertação (Mestrado em Educação) 121 p. João Pessoa: UFPB-CE, 2022.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Os 50 anos do “Relatório Coleman”**. Estadão. São Paulo, 21 jun. 2016. Espaço Aberto. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/os-50-anos-do-relatorio-coleman/>> Acesso em: 4 de jul. de 2023.

PARAÍBA JÁ. Prefeitura de JP inicia formação continuada com professores do 1º ao 5º ano. João Pessoa, 06 abr. 2021. Disponível em: <<https://paraibaja.com.br/prefeitura-de-jp-inicia-formacao-continuada-com-professores-do-1o-ao-5o-ano/>> Acesso em 06 nov. 2023.

QEDU. Disponível em: <<http://cdn.novo.qedu.org.br/>> Acesso em: 06 nov. 2023.

SECOM-JP. **Notícias. Parceria pedagógica-Luciano Cartaxo assina termo de cooperação com o Programa Educação Pra Valer para ampliar resultados do ‘Geração Alfabetizada’**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-assina-termo-de-cooperacao-com-o-programa-educacao-pra-valer-para-ampliar-resultados-do-geracao-alfabetizada/> Acesso em: 4 de jul. de 2023.

TAKANASHI, Fábio. **Semiárido cearense tem escolas públicas com nível de países ricos**. Folha de São Paulo, 12, novembro, 2015. Seção Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704915-semiarido-cearense-tem-escolas-publicas-com-nivel-de-paises-ricos.shtml>> . Acesso em: 06 nov. 2023

TAVARES, Jocélio. **Sobral ocupa o primeiro lugar do Brasil no Ideb de 2021 entre municípios com mais de 50 mil habitantes.** Sobral Prefeitura. Sobral, 2022. Notícias principais Disponível em: <<https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/sobral-ocupa-o-primeiro-lugar-do-brasil-no-ideb-de-2021-entre-municipios-com-mais-de-50-mil-habitantes>>_Acesso em: 04 jul. 2023.